

**Gestão 2020-2022**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1759/2020-PGJ, DE 19.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnoli o 2º período de férias, que seria usufruído de 1º a 10.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1760/2020-PGJ, DE 19.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino o 3º período de férias, que seria usufruído de 1º a 10.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1761/2020-PGJ, DE 19.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 231/2020-PGJ, de 22.1.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2000, que seria usufruído no dia 17.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1757/2020-PGJ, DE 19.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Alexandre Lima Raslan	2018/2019	30	3.4 a 2.5.2020
Lucienne Reis D'Avila	2018/2019	30	1º a 30.4.2020
Marcos Antonio Martins Sottoriva	2019/2020	30	3.5 a 1º.6.2020
Marigô Regina Bittar Bezerra	2019/2020	30	12.5 a 10.6.2020
Nilza Gomes da Silva	2019/2020	30	22.4 a 21.5.2020
Silasneiton Gonçalves	2019/2020	30	3.4 a 2.5.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1762/2020-PGJ, DE 19.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 223/2020-PGJ, de 22.1.2020, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 17.11.2019 e 18.1.2020, que seriam usufruídos nos dias 15 e 16.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/PGJ/2014**

Processo nº PGJ/10/2449/2013

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SONIA DE VASCONCELLOS GONÇALVES**.

Procedimento licitatório: Dispensada de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Redução do valor mensal do Contrato, em 5% (cinco por cento), em decorrência da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020, que determina contingenciamento em até 20% (vinte por cento) nas despesas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor mensal: R\$ 1.547,86 (um mil quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos), para os pagamentos dos meses de maio até dezembro 2020 e, R\$ 1.629,33 (um mil seiscentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos), a partir de janeiro de 2021.

Vigência: 15.05.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 15 de maio de 2020.

**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo PGJ/10/1450/2020

Amparo legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor mensal da contratação: R\$ 175.710,66 (cento e setenta e cinco mil setecentos e dez reais e sessenta e seis centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE001840, de 20.05.2020.

Objeto: Contratação direta emergencial, pelo período máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para prestação de serviço de manutenção dos prédios do Ministério do Ministério Público Estadual da Capital e do Interior do Estado.

Justificativa: A imediata contratação se mostra indispensável para afastar o risco iminente da interrupção dos serviços de manutenção predial, tendo em vista que o procedimento licitatório da nova contratação não foi concluído por razões alheias à vontade da Administração, eis que resultou fracassado e imediatamente judicializado.

Ratifica: **Humberto de Matos Brittes**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

Campo Grande/MS, 20 de maio de 2020.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE001822 DE 19.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1572/2020**

Credor: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 27/PGJ/2019 – Ata Registro de Preços nº 2/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE001822 de 19.05.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL N. 0003/2020/07PJ/CBA**

Autos do Procedimento Administrativo n. 09.2020.00000934-3

A 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas 09.2020.00000934-3, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.630, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Averiguar as condições de acessibilidade das ruas e calçadas da área central do Município de Corumbá/MS, bem como do transbordo de ônibus da linha municipal.

Corumbá/MS, 19 de maio de 2020.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça, em substituição legal

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BELA VISTA****EDITAL Nº 0022/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000676-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Santa Helena

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 12,59 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Santa Helena em Caracol/MS.

Bela Vista/MS, 19/05/2020

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0023/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000675-7

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Francisco Zorzete da Silva

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 17,82 hectares de vegetação nativa na Fazenda Paraíso em Caracol/MS, de propriedade do Sr. Francisco Zorzete da Silva.

Bela Vista/MS, 19/05/2020

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0024/2020/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00000674-6

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Darci Spegiorni

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 17,18 hectares de vegetação nativa na Fazenda Paraíso em Caracol/MS, de propriedade do Sr. Darci Spegiorni.

Bela Vista/MS, 19/05/2020

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**BONITO**  
.....**EDITAL N. 0023/2020/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2020.00001250-4

Interessado: Iasb - Instituto das águas da Serra da Bodoquena

Assunto: analisar os documentos encaminhados pelo IASB, o qual visa a renovação do seu cadastro para fins de receber recursos de TAC

Bonito – MS, 30 de abril de 2020.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR**

Promotor de Justiça

**FÁTIMA DO SUL****RECOMENDAÇÃO N. 0009/2020/02PJ/FSU**

Procedimento Administrativo nº. 09.2020.00001253-7

Requerente: Ministério Público

Requerido: Município de Fátima do Sul

Objeto: Fiscalização e controle referente ao Novo Coronavírus

Recomendação n. 0009/2020/02PJ/FSU

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça ao final assinado, no uso de suas atribuições legais e constitucionais previstas no artigo 129, inciso VII, da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 6º, XX da LC n. 75/93, na Resolução n. 002/2015-CPJ do MPMS, de 19 de março de 2015, e Resolução CNMP n. 20/2007;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição Federal, dentre os quais o direito à saúde, devendo adotar as medidas necessárias à sua garantia, conforme inteligência do art. 129, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 27, parágrafo único, inciso IV da Lei Federal n.º 8.625/93 e 6º, XX, da Lei Complementar n.º 75/93, expedir recomendações visando o efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial, nos moldes do que determina o art. 129, inciso VII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que nos termos do inc. I do art. 2º da Resolução n. 20/2007 do CNMP, *o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial, bem como a integração das funções do Ministério Público e das Polícias voltada para a persecução penal e o interesse público, atentando, especialmente, para o respeito aos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal e nas leis*, dentre os quais, o direito à saúde;

CONSIDERANDO que para o controle externo da atividade policial é dado ao Ministério Público expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços policiais, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa seja de responsabilidade do Ministério Público (artigo 4º, inciso IX, da resolução n.º 20/2007 – CNMP);

CONSIDERANDO que o número de cidadãos infectados pelo vírus Sars-CoV-2, causador da COVID-19, tem crescido exponencialmente nos últimos dias no município de Fátima do Sul;

CONSIDERANDO que o município de Fátima do Sul decretou situação de calamidade pública e emergência com a edição do Decreto n. 056, de 18 de maio de 2020, tornando obrigatórias as medidas previstas nos Decretos 033, de 1º de abril de 2020; 042, de 09 de abril de 2020 e 054, de 05 de maio de 2020;

CONSIDERANDO a íntegra das disposições contidas no Decreto n. 056/2020<sup>1</sup>, supracitado;

CONSIDERANDO que o artigo 2º<sup>2</sup> do Decreto Municipal de Fátima do Sul n. 054, de 05 de maio de 2020, tornou obrigatória a *"utilização de máscara a todas as pessoas que estiverem fora de seus domicílios"*;

CONSIDERANDO que é de conhecimento público e notório que grande parte dos munícipes de Fátima do Sul não vem cumprido com as determinações normativas expedidas pela Prefeitura Municipal de Fátima do Sul, em especial

1Art. 2º. Enquanto perdurar o estado de calamidade pública, tornam-se obrigatórias as medidas excepcionais previstas nos Decretos: 033, de 1º de abril de 2020; 042, de 09 de abril de 2020 e 054, de 05 de maio de 2020, como as alterações e as novas disposições contidas neste Decreto.

§ 1º. Determina-se o isolamento social de todos os habitantes do Município, só podendo haver circulação de pessoas para providências relativas ao deslocamento ao trabalho e para subsistência própria e de suas famílias, para consumo de bens ou serviços autorizados.  
(...)

2 Art. 2º. A partir do dia 09 de maio de 2020, sábado, passar a ser OBRIGATÓRIA a utilização de máscara a todas as pessoas que estiverem fora de seus domicílios, durante o período de emergência de pandemia da COVID-19.

Parágrafo único. O descumprimento desta determinação poderá implicar nas sanções previstas no artigo nº 268, do Código Penal.

no que se refere à obrigatoriedade de uso de máscaras fora do domicílio:

**RESOLVE**

**RECOMENDAR** ao Senhor Comandante da Polícia Militar de Fátima do Sul (16º Batalhão da PMMS) para que no prazo de 2 dias:

1) seja intensificada a fiscalização do uso obrigatório de máscaras e aglomerações sem autorização legal, para coibir a disseminação da COVID-19 no município de Fátima do Sul;

2) seja efetuada a prisão em flagrante de quem quer que desrespeite o uso de máscaras fora de seu domicílio ou promova aglomerações em contrariedade aos decretos municipais mencionados acima, por infringência ao artigo 268 do Código Penal, encaminhando-se o infrator à autoridade policial para formalização do Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Encaminhe-se a presente RECOMENDAÇÃO ao comandante do 16º Batalhão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, concedendo-lhe o prazo de 2 dias para início do cumprimento das medidas, a fim de se dar o necessário conhecimento à população.

Encaminhe-se cópia, por meio eletrônico, aos delegados de polícia de Fátima do Sul, para conhecimento.

Encaminhe-se cópia, por meio eletrônico, à Prefeitura Municipal de Fátima do Sul para conhecimento e adoção das medidas pertinentes para se dar a devida publicidade, comunicando-se o Ministério Público.

Igualmente, encaminhe-se cópia ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Fátima do Sul - ACIFAS, para conhecimento e divulgação.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Fátima do Sul/MS, 19 de maio de 2020.

**RODRIGO CINTRA FRANCO**  
Promotor de Justiça

**IVINHEMA**

**EDITAL N.: 014/2020/02PJ/IVH**

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2020.00000671-3 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2020.00000671-3

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Euclisio Amâncio Aguiar

Objeto: Apurar a possível ocorrência de dano ambiental consistente na supressão de 5,903 hectares de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica na propriedade localizada no lote 41 da Gleba Maravilha, nesta cidade e Comarca de Ivinhema/MS.

Ivinhema/MS, 19 de maio de 2020.

**ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI**  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0026/2020/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2020.00001519-0.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001519-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, CAOPPE - Centro de Apoio Operacional da Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: acompanhar e fiscalizar as ações do Município de Deodápolis/MS, no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), notadamente relacionadas ao sistema de controle interno e à promoção de procedimentos licitatórios.

Deodápolis/MS, 18 de maio de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

---

**DOIS IRMÃOS DO BURITI**

---

**EDITAL 0007/2020/PJ/DIB**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000958-7

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000958-7, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos/Interessado: Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de serviços de ortopedia e traumatologia pelo Município de Dois Irmãos do Buriti

Dois Irmãos do Buriti-MS, 17 de março de 2020

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça em Substituição